

## A escolha de uma prioridade

"Educai as crianças e não será  
preciso punir os homens".

(Pitágoras)

Quando se é pobre existem dois caminhos a seguir: a luta ou o conformismo. Conformer-se pressupõe aceitar a realidade estabelecida, o que gera conforto para as elites e atraso para o coletivo. Pelo contrário, a luta pode representar uma forma de equilíbrio social ou o próprio desmoronamento do sistema vigente. Tudo depende da forma como as instituições fomentam e incentivam essa luta.

Um país define-se pelo grau de mobilidade social. Quanto maior for o acesso de uma pessoa de uma classe menos favorecida aos extratos mais abastados, pode-se dizer que aquela nação alcançou a igualdade socioeconômica entre seus indivíduos. Falar em desenvolvimento sem essa condição é mera retórica vazia. Assim sendo, o incentivo à mobilidade social e, portanto à luta pacífica dos pobres por melhores condições de vida deve ser vista como prioridade por qualquer governo responsável.

O que se vê no Brasil de hoje é justamente o fomento à luta maléfica, ao desequilíbrio social e à guerra civil. O Estado, pressionado por uma pequena elite, ocupa-se quase exclusivamente de uma política econômica ortodoxa, cujos resultados sociais são incipientes. Nesse contexto, o Estado de Direito – não atendendo às necessidades das classes mais baixas – acaba dando lugar a um novo eixo de poder, que podem ser tanto os narcotraficantes dos morros cariocas quanto os "Sem-Terra" de nossos campos.

O conflito é inevitável. Ônibus são queimados em pleno dia, fazendas são invadidas, prédios inacabados são ocupados, etc. A repressão brutal, na maioria das vezes, acaba sendo vista pelos governos e pelas classes mais abastadas como a solução mais racional. Põem-se, então, grupos de choque, forças armadas e estratégias táticas para reprimir e coagir os ditos "rebeldes". O Brasil vive algumas centenas de vezes por dia os recentes conflitos franceses sem nenhum governante declarar "estado de emergência".

E não se trata aqui de defender uma emergência repreensiva, pelo contrário, trata-se de propor uma solução estrutural para o processo. Ao passo que, diante de nossa falência enquanto nação igualitária, é preciso reverter o grau de exclusão. E é consenso entre intelectuais, políticos, imprensa etc, que a educação é a única grande solução para o todo do problema. Nenhuma outra forma gera maiores dividendos do que ela.

O famoso economista Milton Friedman classificaria a educação como a grande instituição. Somente através dela é possível constituir uma nação com o mínimo de igualdade social, política e econômica. Os sucessivos governantes que ocuparam a cadeira de presidente neste país parecem discordar do economista. Seja por desinformação, seja por incompetência, insistem em promover a simples massificação do ensino. É preciso muito mais do que isso para que a educação sirva como agente de mudanças na sociedade.

Quando uma pessoa pobre tem acesso a educação ela está se libertando do seu destino pré-fixado. A educação possui, em seu lado pragmático, o efeito-renda: cada ano de estudo incrementa maior remuneração ao indivíduo. No agregado, com uma população mais qualificada, as empresas aumentam sua produtividade e melhoram seus produtos, aumentando o valor-adicionado. Na outra ponta, há o lado humano. Uma pessoa melhor educada cresce enquanto ser-humano, melhorando sua atuação enquanto cidadão e conseqüentemente melhorando o seu país.

Todavia, não é toda educação que fornece esse incremento positivo de cidadania. Há de considerar um novo modelo educacional para fornecer esse incentivo. Pegue por exemplo as escolas públicas básicas. No Brasil, a educação é muito mais uma forma de perpetuar a desigualdade do que de romper com ela. O abismo que há entre pobres e ricos perpetua-se pelo modelo de ensino e oficializa nossa desgraça.

Educar uma pessoa pobre deve ser vista como prioritária, até mesmo para as elites. O modelo de dominação até então praticado está em plena transformação. Não dá mais para tampar os olhos para os conflitos sociais. Em outros tempos, a miséria pouco afetava as classes mais abastadas. Hoje em dia, os seqüestros, os assaltos a apartamentos, as interrupções nas vias expressas, etc. são cada vez mais comuns. A luta dos marginalizados está se tornando brutal, e a repressão oficial pouco ou nada poderá fazer para diluir esse conflito. Dominar pelo conformismo é tarefa cada vez mais difícil.

Assim o mais racional a fazer é priorizar a educação. Um país não pode de forma alguma investir mais em segurança do que em educação. É algo que fere a busca do equilíbrio social. Nenhuma nação do mundo alcançou estabilidade usando de polícia e cassetetes. Não será no Brasil que essa política dará certo. O que se deve buscar é a estruturação de um modelo educacional que priorize a inserção ao invés da marginalização.

O ensino básico, por exemplo, deveria ser integral. Quatro horas por dia é muito pouco. A alfabetização deveria ser levada a sério. Crianças devem aprender a ler e escrever de forma clara e concisa. Não adianta escrever o nome e não saber o que está escrito, não adianta ler e não entender. O que se forma no país hoje é isso: analfabetos funcionais. São milhares todos os anos, que sabem escrever um nome, mas não entendem o que lêem. Nosso país faz vergonha nos principais testes internacionais de matemática e português, porque as crianças não entendem o que lêem e não sabem fazer contas.

Transformar o ensino exige um pacto entre Estado, dirigentes escolares, pais, alunos e principalmente professores. Seja para assegurar a execução do orçamento, seja para definir as políticas pedagógicas, seja para construir métodos de avaliação efetivos. Não se conseguirá modificar a educação sem coletivizar as decisões. É preciso incentivar as famílias, ratificando a importância do papel da educação.

E esse papel cabe ao governo federal. Por mais que decisões individuais sejam importantes, nenhuma outra instituição detém mais poder de agregar forças do que a instância federal. Através dela é possível propagar a noção prioritária da educação na sociedade. Estou convencido de que aos governos cabe esse dever para por ordem no país. De nenhum outro jeito, por nenhuma outra via será possível mudar o Brasil. Com efeito, ganhará meu voto e garanto, de muitos brasileiros, aquele candidato que, em 2006, apresentar um projeto consistente de reforma para a educação nacional, em todos os níveis e em toda sua abrangência e complexidade.

VÍTOR WILHER